

## **DIRETRIZES PARA CONTRATO DE NOMEAÇÃO DE AGENTE DE PAGAMENTO E GARANTIA E ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS**

O presente documento se presta a estabelecer as diretrizes a serem observadas entre o Poder Concedente, a Concessionária e a Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco – ADEPE para a contratação de Instituição Financeira que atuará como Agente de Pagamentos no âmbito da Concessão.

Os termos iniciados em letra maiúscula, se não definidos no Anexo A – Minuta do Contrato de Nomeação de Agente de Pagamento e Garantia e Administração de Contas, terão seu significado a si atribuídos no Contrato de Concessão ou no Edital.

O Anexo A apresenta modelo apto a servir de base para as negociações entre as Partes voltadas à nomeação de Agente de Pagamentos e à constituição e operacionalização da Conta Garantia, devendo-se observar, em todo caso, as diretrizes abaixo indicadas:

- 1) Os termos previstos no Anexo A deverão ser observados em conjunto com a sistemática indicada no Contrato de Concessão, tanto para fins de negociação do Instrumento junto à Instituição Financeira, quanto para a sua execução ao longo da Concessão;
- 2) Em todo caso, o Instrumento definitivo deverá observar, além dos termos previstos na Lei Estadual nº 12.765, de 27 de janeiro de 2005, conforme atualizada pela Lei Estadual nº 17.218, de 16 de abril de 2021, e no Decreto Estadual nº 51.029, de 22 de julho de 2021, também os direitos, obrigações e prazos previstos no Anexo A;
- 3) Os termos previstos no Anexo A poderão ser adaptados para fins de adequação a minutas e políticas do Agente de Pagamento, desde que preservados os valores, prazos e condições de pagamento, além das atribuições e faculdades conferidas às Partes na minuta referencial indicada no Anexo A.

## ANEXO A – MINUTA DO CONTRATO DE NOMEAÇÃO DE AGENTE DE PAGAMENTO E GARANTIA E ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS

O presente contrato de **Nomeação de Agente de Pagamento e Garantia e Administração de Contas**, doravante denominado “Instrumento”, é celebrado entre:

- (i) **GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º [•], com sede à [•], bairro [•], [Cidade/UF], CEP [•], neste ato representada pelo Secretário Sr. [•], nomeado no âmbito da Portaria n.º [•], publicada no D.O.E de [•], portador(a) da matrícula funcional n.º [•], doravante denominado “Poder Concedente” ou “Estado de Pernambuco”;
- (ii) **AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE PERNAMBUCO - ADEPE**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º [•], com sede à [•], bairro [•], [Cidade/UF], CEP [•], neste ato representada pelo Secretário Sr. [•], nomeado no âmbito da Portaria n.º [•], publicada no D.O.E de [•], doravante denominado “ADEPE”;
- (iii) [INSTITUIÇÃO FINANCEIRA], instituição financeira devidamente autorizada a funcionar no Brasil pelo Banco Central do Brasil, constituída e organizada de acordo com as leis brasileiras, com sede na Cidade de [•], Estado de [•], na [•], inscrita no CNPJ/MF sob o n.º [•], neste ato representada por seu Diretor Presidente, Sr. [•], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], [residência], inscrito no CPF sob o n.º [•], doravante denominado “Agente de Pagamento”;
- (iv) [RAZÃO SOCIAL DA CONCESSIONÁRIA], sociedade anônima, constituída e organizada de acordo com as leis brasileiras, com sede rua [•], número [•], Bairro de [•], CEP [•], Recife/Pernambuco, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º [•], neste ato representada por seu Diretor Presidente, Sr. [•], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], [residência], inscrito no CPF sob o n.º [•], doravante denominada “Concessionária”;

Estado de Pernambuco, ADEPE, Agente de Pagamento e Concessionária, doravante denominados, em conjunto, como “Partes” e, individualmente, como “Parte”,

### CONSIDERANDO

1. O artigo 159, inciso I, alínea “a”, da Constituição Federal, que prevê que a União deve transferir aos Estados e ao Distrito Federal o valor correspondente a 21,5% (vinte e um e meio por cento) do total arrecadado com a cobrança dos impostos sobre a renda e os proventos de qualquer natureza e sobre produtos

industrializados, por meio de transferência ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (“FPE”);

2. A Lei Estadual nº 17.218, de 16 de abril de 2021, que autorizou o agente financeiro responsável pelo repasse dos recursos do FPE a efetuar a transferência do valor correspondente a 3,5% (três vírgula cinco por cento) dos recursos financeiros oriundos desse Fundo destinados ao Estado (“Recursos Apartados do FPE”) à ADEPE, para fins de adimplemento e garantia das obrigações contraídas pelo Estado de Pernambuco e por suas entidades da administração indireta, na condição de poder concedente, em contratos de parcerias público-privadas, conforme art. 17-A da Lei nº 12.765, de 27 de Janeiro de 2005;
3. E, ainda, a inexigibilidade de licitação para contratação do [nome completo do banco] como Agente de Pagamento, atestada no Processo Administrativo nº [número do processo];

TÊM AS PARTES entre si, justo e acertado, celebrar o presente Contrato de Nomeação de Agente de Pagamento e Garantia (“Instrumento”), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA 01 - DO OBJETO**

1.1. Este Instrumento estabelece em favor da Concessionária o mecanismo de pagamento e garantia do poder público, administrado pelo Agente de Pagamento, cuja finalidade é assegurar o pagamento das obrigações pecuniárias assumidas pelo Poder Concedente no Contrato de Concessão.

1.1.1. O presente Instrumento aplicar-se-á ao Contrato de Concessão Patrocinada resultante da Concorrência BNDES n.º [•], cujo objeto é a prestação dos serviços públicos de gestão, operação e manutenção da rede de transporte público coletivo de passageiros no modo metroferroviário da Região Metropolitana de Recife (o “Contrato de Concessão”).

1.1.2. O mecanismo de pagamento é constituído por uma conta corrente de movimentação restrita, de titularidade da ADEPE, denominada Conta Garantia, movimentada exclusivamente pelo Agente de Pagamento, sem que sejam necessárias quaisquer autorizações ou aprovações além das previstas neste Instrumento, observado que a conta em questão será destinada ao pagamento e garantia das obrigações pecuniárias do Contrato de Concessão (“Conta Garantia”).

1.1.3. Os termos em letra maiúscula empregados, mas não definidos neste Instrumento terão os respectivos significados a ele atribuídos no Contrato de Concessão.

## **CLÁUSULA 02 - DA NOMEAÇÃO DO AGENTE DE PAGAMENTO**

2.1. O Poder Concedente, neste ato, nomeia e constitui o [•], como Agente de Pagamento, outorgando-lhe suficientes poderes para, na qualidade de mandatário, custodiar, administrar e movimentar a Conta Garantia, de acordo com os termos e condições deste Instrumento.

2.2. O Agente de Pagamento, neste ato, aceita tal nomeação, obrigando-se a cumprir todos os termos e condições previstas neste Instrumento, empregando, na execução do mandato ora outorgado, a mesma diligência que empregaria na gerência de seus próprios negócios.

2.3. Os deveres e responsabilidades do Agente de Pagamento estarão limitados aos termos deste Instrumento, não estando implícita nenhuma outra função ou responsabilidade adicional ou complementar.

2.4. A transferência dos recursos do FPE deverá ser expressamente prevista no Contrato de Concessão.

2.5. A ADEPE ou o Poder Concedente, conforme o caso, poderão, a qualquer tempo, durante a vigência deste Instrumento, destituir o Agente de Pagamento, caso este descumpra qualquer das obrigações pactuadas.

2.5.1. A perda da condição de [Agente Financeiro do Tesouro Nacional] por parte do Agente de Pagamento gerará a sua imediata destituição, independentemente de aviso prévio ou de caracterização de inadimplemento contratual.

2.6. Ocorrendo a hipótese da Subcláusula 2.5, o Agente de Pagamento permanecerá no exercício de suas funções até a assinatura de um novo contrato com um substituto, em termos satisfatórios para as Partes.

2.6.1. Na hipótese de destituição do Agente de Pagamento, fica desde logo estabelecido que o substituto do Agente de Pagamento deverá ter uma classificação de risco equivalente a “BB”, em escala internacional, fornecido por agência classificadora de risco, com perspectiva estável ou positiva, atribuída pela *Standard Poor’s Ratings do Brasil Ltda.*, *Fitch Ratings Brasil Ltda.* ou *Moody’s America Latina Ltda.*

## **CLÁUSULA 03 - DA ADMINISTRAÇÃO DAS CONTAS**

3.1. O Poder Concedente e a ADEPE, por este ato, conferem ao Agente de Pagamento plenos poderes para administrar e direcionar os recursos da Conta Garantia e fazer os pagamentos devidos à Concessionária estritamente em consonância com o presente Instrumento e com o Contrato de Concessão.

3.2. Em razão dos poderes ora conferidos, o Agente de Pagamento fica autorizado a movimentar os recursos da Conta Garantia com a finalidade de assegurar o cumprimento

das obrigações pecuniárias, estritamente de acordo com os termos do presente Instrumento, sem que qualquer ordem adicional venha a ser necessária.

3.3. Em decorrência do disposto na Subcláusula anterior, as Partes concordam que nenhuma outra finalidade poderá ser dada pelo Agente de Pagamento aos recursos da Conta Garantia que não aquelas previstas neste Instrumento e no Contrato de Concessão, independentemente de qualquer notificação em sentido contrário recebida pelo Agente de Pagamento de qualquer uma das Partes.

3.4. Todos os recursos a qualquer tempo depositados na Conta Garantia, até o término da vigência do Contrato de Concessão, serão considerados como recursos depositados para o pagamento de obrigações com a Concessionária, em consonância com o Contrato de Concessão.

3.4.1. Todos e quaisquer recursos a qualquer tempo depositados na Conta Garantia serão movimentados exclusivamente pelo Agente de Pagamento, nos termos deste Instrumento, e terão como finalidade exclusiva, para fins orçamentários e fiscais, a constituição de mecanismo de pagamento e garantia das obrigações pecuniárias assumidas pelo Poder Concedente no âmbito do Contrato de Concessão, retornando à conta do FPE eventuais saldos remanescentes dos Recursos Apartados do FPE que não sejam utilizados em um determinado mês civil.

3.5. Fica o Agente de Pagamento autorizado a transferir mensalmente uma parcela dos Recursos Apartados do FPE depositados na conta n.º [40.294-X], na Agência [3234-4], de titularidade do Poder Concedente, à Conta Garantia nos termos deste Instrumento e do art. 17-A da Lei Estadual nº 12.765, de 27 de janeiro de 2005.

3.5.1. A parcela a ser mensalmente transferida à Conta Garantia, acima mencionada, será equivalente a [R\$ [•] ([•] reais)] na Data-Base (“Parcela Mensal Garantida”, respectivamente), e será sempre transferida à Conta Garantia pelo Agente de Pagamento na data da primeira distribuição do FPE de cada mês, independentemente de qualquer notificação da ADEPE ou da Concessionária, observada a subcláusula seguinte.

3.5.2. O valor da Parcela Mensal Garantida acima indicado deverá ser reajustado anualmente pelo Agente de Pagamento nos mesmos termos, prazos e conforme o mesmo índice de reajuste aplicável à Tarifa de Remuneração, indicado na Cláusula 15.5.1 do Contrato de Concessão, verificada até o aniversário da data-base acima indicada.

3.5.3. Excepcionalmente, a ADEPE deverá notificar o Agente de Pagamento para que transfira à Conta Garantia em um determinado mês civil um montante superior à Parcela Mensal Garantida, na hipótese em que o pagamento de obrigações pecuniárias do Poder Concedente previstos à Concessionária naquele mês civil, excepcionalmente, sejam superiores ao valor da Parcela Mensal Garantida acima indicada, observados em qualquer hipótese os limites indicados na Subcláusula 3.5.4.

3.5.4. Na hipótese prevista na Subcláusula 3.5.3 acima, em até 2 (dois) dias úteis anteriores à data de distribuição do FPE de cada mês, deverá a ADEPE informar por escrito ao Agente de Pagamento o valor total a ser transferido à Conta Garantia das obrigações pecuniárias a ser transferido à Concessionária na data prevista na Subcláusula 3.6;

3.5.5. Para fins do disposto na Subcláusula 3.5.1, acima, as Partes deverão notificar tempestivamente o Agente de Pagamento sobre eventual aumento extraordinário e permanente do valor da Parcela Mensal Garantida que seja necessário para fazer face ao pagamento das obrigações financeiras assumidas pelo Poder Concedente perante a Concessionária no âmbito do Contrato de Concessão, quando, por qualquer motivo, o valor original da Parcela Mensal Garantida aqui previsto, conforme reajustado periodicamente, se torne insuficiente para o pagamento regular das obrigações assumidas no Contrato de Concessão, observados os limites da Cláusula 3.6.1;

3.5.6. Na ocorrência do disposto pela Cláusula 3.5.5 acima, fica o Agente de Pagamento obrigado a informar às outras Partes acerca do aumento verificado na Parcela Mensal Garantida, sem prejuízo das demais obrigações atribuídas ao Agente de Pagamento por este Instrumento.

3.6. O Agente de Pagamento, na data da primeira distribuição do FPE de cada mês:

3.6.1. Transferirá diretamente da conta do FPE para a Conta Garantia a Parcela Mensal Garantida ou outro valor superior indicado pela ADEPE, a partir dos Recursos Apartados do FPE, conforme previsto na Subcláusula 3.5 acima, observado (i) o limite máximo de 3,5% (três vírgula cinco por cento) do total de recursos do FPE a que faça jus o Poder Concedente no mês imediatamente anterior para todos os contratos de concessão que utilizem essa garantia no âmbito da Administração Pública estadual; e (ii) a ordem de precedência entre os contratos de concessão acima mencionados, estabelecida pela anterioridade na utilização desse mecanismo de garantia;

3.6.2. Reterá o montante integral da Parcela Mensal Garantida na Conta Vinculada até o dia 15 (quinze) de cada mês (“Data de Pagamento”), quando transferirá à Concessionária o montante necessário para adimplir a integralidade das obrigações pecuniárias devidas pelo Poder Concedente à Concessionária naquele mês civil, conforme informadas na forma da Subcláusula 3.7 abaixo; e

3.6.3. Devolverá para a conta do FPE, em até 2 (dois) dias úteis após a Data de Pagamento, o excedente da Parcela Mensal Garantida que não tenha sido comprometido com as transferências previstas à Concessionária na forma da Subcláusula 3.7.

3.7. O exato valor a ser transferido pelo Agente de Pagamento à Concessionária a cada mês civil será estabelecido da seguinte forma:

3.7.1. Para assegurar o pagamento regular da Contraprestação Pública devida a cada mês, deverá o Poder Concedente, por meio da ADEPE, informar ao Agente de Pagamento, até no máximo o dia 10 (dez) de cada mês civil (“Data Limite de Informação”), os valores de Contraprestação Pública a serem desembolsados à Concessionária referentes ao último documento de cobrança mensal emitido pela Concessionária e entregue ao Poder Concedente, na forma prevista no Contrato de Concessão (“Notificação de Pagamento”);

3.7.2. Na ausência de informação tempestiva no prazo acima indicado, fica o Agente de Pagamento autorizado a efetuar o pagamento à Concessionária do valor integral vigente da Parcela Mensal Garantida, ocorrendo compensação, no valor a ser pago no mês seguinte, do montante que exceder o valor efetivamente devido à Concessionária.

3.7.3. Sem prejuízo da utilização deste Instrumento como mecanismo de pagamento regular da Contraprestação Pública, conforme acima previsto, o Poder Concedente e a ADEPE anuem e permitem expressamente, por meio deste Instrumento, que a Concessionária também poderá notificar o Agente de Pagamento em caso de inadimplemento do Poder Concedente no cumprimento das obrigações financeiras assumidas no Contrato de Concessão, incluindo, mas não apenas, o pagamento tempestivo da Contraprestação Pública, dos Aportes Públicos, de eventuais indenizações previamente reconhecidas e fixadas como resultado de processo de reequilíbrio econômico-financeiro e de eventuais encargos de mora previstos no Contrato de Concessão em virtude de pagamentos em atraso.

3.7.4. No caso previsto na Subcláusula acima, a Concessionária poderá, a seu exclusivo critério, determinar ao Agente de Pagamento que proceda ao imediato bloqueio e retenção dos recursos que transitem e vierem a transitar na Conta Garantia nos meses seguintes, por meio de simples correspondência ou e-mail, com a demonstração dos valores vencidos e não quitados pelo Poder Concedente, com cópia ao Poder Concedente e à ADEPE (a “Notificação de Inadimplemento”).

3.7.5. Os valores retidos pelo Agente de Pagamento para fazer face ao inadimplemento do Poder Concedente informado pela Concessionária deverá ser imediatamente transferido pelo Agente de Pagamento à conta corrente de livre movimentação indicada pela Concessionária, até que o montante transferido seja suficiente para a satisfação da obrigação vencida e não paga.

3.7.6. O eventual bloqueio da Conta Garantia e transferência dos valores para a conta de titularidade da Concessionária permanecerão até que seja integralmente sanada a obrigação vencida e não paga pelo Poder Concedente, nos termos da Notificação de Inadimplemento.

3.7.7. Uma vez sanada integralmente a obrigação vencida e não paga, nos termos da Notificação de Inadimplemento, o Agente de Pagamento, de forma automática e imediata, transferirá os recursos remanescentes depositados na Conta Garantia à conta do FPE, conforme previsto neste Instrumento.

3.7.8. É vedado ao Agente de Pagamento realizar a análise de quaisquer questões de ordem técnica relativas ao inadimplemento informado pela Concessionária, devendo agir em estrita conformidade com o disposto neste Instrumento para quitar as obrigações pecuniárias indicadas na Notificação de Inadimplemento da Concessionária.

3.7.9. Eventual ocorrência de erro na retenção de valores pela Concessionária por meio de Notificação de Inadimplemento, que resulte em prejuízo ao Erário estadual, resultará na obrigação de imediata restituição ou compensação nos pagamentos subsequentes, a critério do Poder Concedente.

3.7.10. Caso se caracterize, de forma inequívoca, comprovada e fundamentada, a ocorrência de má-fé na retenção de valores pela Concessionária por meio da Notificação de Inadimplemento, além de resultar na obrigação de imediata restituição dos valores retidos acima do devido ou em desconformidade com as cláusulas do Contrato de Concessão, também caracterizará infração contratual, com a imposição da cabível penalidade, a ser fixada em devido processo administrativo, com garantia de ampla defesa e contraditório e com a observância da necessária proporcionalidade, sem prejuízo de eventuais responsabilizações em outros âmbitos, quando aplicáveis.

3.7.11. Inexistindo qualquer Notificação de Inadimplemento no momento da transferência da Parcela Mensal Garantida à Conta Garantia, pelo Agente de Pagamento, ou existindo qualquer Notificação que não implique, de forma isolada, no bloqueio e retenção de todos os recursos transferidos à Conta Garantia, o Agente de Pagamento transferirá de volta à conta do FPE a parcela excedente que não seja destinada à Concessionária, conforme previsto neste Instrumento.

3.7.12. As Partes declaram que têm pleno conhecimento de que, caso o Agente de Pagamento receba qualquer Notificação de Pagamento ou Notificação de Inadimplemento após a Data Limite de Informação, a respectiva Notificação será processada e os valores devidos serão efetivamente pagos na Data de Pagamento do mês seguinte, não assumindo o Agente de Pagamento qualquer responsabilidade por eventuais encargos de mora que sejam eventualmente devidos por uma Parte à outra Parte em virtude do descumprimento desta data, os quais deverão ser resolvidos entre as Partes conforme os métodos de resolução de controvérsias previstos no Contrato de Concessão e só serão processados pelo Agente de Pagamento mediante o recebimento de Notificação de Pagamento ou Notificação de Inadimplemento específica relativa a esses encargos.

3.8. Qualquer falha ou atraso na transferência referida na Subcláusula 3.7 que seja atribuído ao Agente de Pagamento, caso implique em atraso no cumprimento de obrigações financeiras assumidas pelo Poder Concedente perante a Concessionária previstas no Contrato de Concessão, resultará na realização do referido pagamento à Concessionária juntamente com os juros de mora eventualmente devidos nos termos do



Contrato de Concessão, com a utilização dos recursos depositados na Conta Garantia, sem prejuízo de eventual direito de regresso do Poder Concedente e/ou da ADEPE em face do Agente de Pagamento pelos prejuízos causados.

3.9. Qualquer falha no mecanismo de pagamento decorrente da ausência, atraso ou incorreção das informações prestadas ao Agente de Pagamento pelas Partes não acarretará qualquer responsabilidade ao Agente de Pagamento.

3.10. Na hipótese de insuficiência dos Recursos Apartados do FPE para adimplemento das obrigações pecuniárias contraídas pelo Poder Concedente no Contrato de Concessão e demais instrumentos concessórios similares firmados pelo Poder Concedente, será observada a ordem cronológica de assinatura destes contratos, conforme informado pelas Partes. Deve o Poder Concedente, neste caso, apresentar à Concessionária um mecanismo alternativo e/ou complementar de garantia e pagamento que assegure o pagamento de todos os valores devidos, conforme previsto no Contrato de Concessão.

3.11. Havendo a cessão, pela Concessionária, de direitos a seu(s) financiador(es), nos termos do Contrato de Concessão, fica o Agente de Pagamento autorizado a realizar as transferências de que trata este Instrumento diretamente ao(s) financiador(es) por ela regularmente indicados.

3.12. Fica o Agente de Pagamento autorizado a realizar a transferência ou a retenção de valores em face da Concessionária, conforme decisão ou sentença judicial ou arbitral devidamente comunicada ao Agente de Pagamento, independentemente do disposto neste Instrumento, situação em que o Agente de Pagamento ficará exonerado e liberado de toda e qualquer responsabilidade pela implementação das medidas necessárias ao fiel cumprimento de tais ordens.

#### **CLÁUSULA 04 - DA CONTA GARANTIA**

4.1. A Conta Garantia é a conta corrente mantida no Banco do Brasil S.A., nº [•], na Agência [•], de titularidade da ADEPE, destinada exclusivamente ao pagamento das atividades relativas ao Contrato de Concessão, sendo uma conta restrita, na qual transitarão os recursos voltados ao adimplemento das obrigações pecuniárias, nos termos da legislação vigente.

4.2. A Conta Garantia terá sua movimentação condicionada ao disposto neste Instrumento e no Contrato de Concessão, cabendo às Partes manterem sempre atualizadas as informações a ela relativas junto ao Agente de Pagamento.

4.3. A Conta Garantia deverá ser mantida aberta e operante durante toda a vigência do Contrato de Concessão, não podendo o Poder Concedente encerrá-la, salvo situações excepcionais, devidamente justificadas, observadas, em todos os casos, as seguintes condicionantes:

4.3.1. Tenha sido celebrado novo contrato de Conta Garantia junto a Instituição Financeira Nacional de Primeira Linha, que aceite integralmente as obrigações fixadas no presente Instrumento e concorde com todas as condições do Contrato de Concessão; e

4.3.2. Esteja aberta e em condições de operação a nova Conta Garantia, para os mesmos propósitos contemplados no presente Instrumento.

4.4. O Agente de Pagamento obriga-se a manter aberta a Conta Garantia até o preenchimento prévio das condições indicadas na Subcláusula anterior, quando poderá transferir eventual saldo remanescente para a nova Conta Garantia constituída.

4.5. Eventual determinação do Poder Concedente para o encerramento da Conta Garantia, sem a observância das condições fixadas nesta Subcláusula, ou ainda, eventual determinação por ele exarada relativa à movimentação, transferência ou retenção de valores, fora das hipóteses admitidas neste Instrumento e no Contrato de Concessão, caracterizará o inadimplemento das obrigações do Poder Concedente e o descumprimento do presente Instrumento, o mesmo ocorrendo em relação ao Agente de Pagamento que efetivar, em tais circunstâncias, tal determinação.

4.6. O encerramento da Conta Garantia ou a extinção do presente Instrumento sem a observância das condicionantes nele estipuladas e o descumprimento das obrigações nele contidas levarão à aplicação das penalidades administrativas e civis cabíveis, incluindo-se o pagamento de indenização por eventuais perdas e danos, sem prejuízo do exercício dos direitos e prerrogativas reconhecidos à Concessionária no âmbito do Contrato de Concessão, como direito de requerer a extinção do Contrato de Concessão e a suspensão dos investimentos.

## **CLÁUSULA 05 - DOS INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES**

5.1. O Agente de Pagamento observará, quanto aos valores disponíveis na Conta Garantia, as diretrizes gerais de aplicação de disponibilidades adotadas pelo Estado de Pernambuco, assegurando-se, em todos os casos, a liquidez diária dos recursos da Conta Garantia, bem como observará a natureza de passagem da Conta Garantia prevista neste Instrumento, de modo que eventuais aplicações somente poderão ser feitas no curtíssimo prazo, dado que qualquer valor depositado na Conta Garantia que exceda o valor das obrigações financeiras do Poder Concedente retornará em seguida à conta do FPE nos termos e prazos previstos neste Instrumento.

5.2. O Agente de Pagamento concederá acesso, em sistema eletrônico, à ADEPE, ao Poder Concedente e à Concessionária, para que, sempre que necessário, possam efetuar consulta ao extrato detalhado das movimentações e aplicações realizadas no mês anterior.

## **CLÁUSULA 06 - DAS OBRIGAÇÕES DO ESTADO DE PERNAMBUCO E DA ADEPE**

6.1. São obrigações do Poder Concedente e da ADEPE, sem prejuízo de outras obrigações previstas neste Instrumento, no Contrato de Concessão e seus Anexos, bem como na legislação aplicável:

- i. Garantir o cumprimento integral e tempestivo do presente Instrumento, durante todo o período de vigência do Contrato de Concessão, agindo sempre de boa-fé e garantindo que quaisquer medidas restritivas dos direitos

conferidos às Partes neste Instrumento sejam efetivadas em conformidade com a lei e com a devida motivação;

- ii. Não criar, incorrer ou permitir que sejam constituídos quaisquer ônus, gravames ou embaraços sobre os valores que transitem pela Conta Garantia;
- iii. Cuidar para a manutenção da Conta Garantia, por todo o prazo de vigência do Contrato de Concessão, mantendo-a livre de quaisquer restrições, e viabilizar, sempre que necessária, a imediata contratação de nova Conta Garantia, a fim de assegurar a continuidade dos fluxos de pagamentos da Concessionária, nos termos da legislação e deste Instrumento;
- iv. Fornecer ao Agente de Pagamento a cópia do Contrato de Concessão firmado, destacando as cláusulas que contenham as obrigações de pagamento e garantia com Recursos Apartados do FPE;
- v. Prestar ao Agente de Pagamento todos os esclarecimentos solicitados nos termos deste Instrumento para seu fiel cumprimento;

6.2. São obrigações do Poder Concedente:

- i. Fornecer à ADEPE informações sobre o fluxo presente e projetado do FPE, bem como toda e qualquer informação complementar solicitada pela ADEPE referente ao referido Fundo;
- ii. Informar ao Agente de Pagamento e à ADEPE, por escrito, a existência de qualquer demanda judicial e/ou extrajudicial que possa afetar os direitos e os recursos que transitem pela Conta Garantia;

6.3. São obrigações da ADEPE:

- i. Informar ao Agente de Pagamento, tempestivamente e a qualquer tempo, sempre que houver alterações nos dados bancários necessários para o pagamento das obrigações firmadas com a Concessionária;
- ii. Informar ao Agente de Pagamento, tempestivamente e a qualquer tempo, sempre que houver alterações no Contrato de Concessão, incluindo eventual alteração da data de contratação ou de término do Contrato de Concessão;
- iii. Informar ao Agente de Pagamento, mensalmente, o valor das obrigações pecuniárias devidas, nos termos do Contrato de Concessão e deste Instrumento, já deduzida ou acrescida de eventuais montantes contratualmente devidos;
- iv. Tomar todas as providências cabíveis, nos termos da legislação vigente, para afastar qualquer forma de ônus ou restrição que recaia sobre os recursos depositados na Conta Garantia;

- v. Informar ao Agente de Pagamento e ao Estado de Pernambuco, por escrito, sobre a existência de qualquer demanda judicial e/ou extrajudicial que possa afetar os direitos e os recursos que transitam pela Conta Garantia;
- vi. Prestar contas formalmente à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, mensalmente, dos valores transitados no mês anterior da Conta Garantia, demonstrando todas as obrigações pecuniárias pagas, nos termos do Contrato de Concessão, além de todas as retenções e devoluções realizadas.

## **CLÁUSULA 07 - DAS OBRIGAÇÕES DO AGENTE DE PAGAMENTO**

7.1. São obrigações do Agente de Pagamento, sem prejuízo de outras obrigações previstas neste Instrumento e na legislação aplicável:

- i. Garantir o cumprimento integral e tempestivo do presente Instrumento durante todo o período de vigência do Contrato de Concessão, agindo sempre de boa-fé e zelando pelos ativos sob sua custódia ou controle, com o mesmo grau de zelo empregado em relação a seus próprios ativos;
- ii. Atuar, na qualidade de administrador da Conta Garantia, como fiel depositário dos valores nela existentes, realizando tempestivamente as transferências dos recursos devidos, conforme previsto neste Instrumento e no Contrato de Concessão;
- iii. Desempenhar única e exclusivamente as funções expressamente previstas neste Instrumento, não estando implícita nenhuma outra função ou responsabilidade adicional ou complementar, excetuando-se o cumprimento de decisões judiciais, hipótese na qual o Poder Concedente e a ADEPE deverão ser informados do teor da referida decisão;
- iv. Recusar-se a efetivar determinações do Poder Concedente e da ADEPE que contrariem, expressamente, as disposições deste Instrumento e do Contrato de Concessão, devendo adotar as medidas administrativas e judiciais cabíveis a fim de zelar pelo cumprimento das suas obrigações e evitar a caracterização do seu inadimplemento, na condição de agente fiduciário das Partes;
- v. Fornecer ao Poder Concedente, à ADEPE e à Concessionária, sempre que solicitado, as informações da Conta Garantia e das movimentações e aplicações realizadas, inclusive por meio de plataforma eletrônica;
- vi. Prestar contas e informações, sempre que solicitadas pelas Partes, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da data da solicitação.

7.2. O Agente de Pagamento declara, para todos os efeitos, que conhece todos os termos e condições do Contrato de Concessão.

7.3. Caso os recursos que transitam pela Conta Garantia se mostrarem, por qualquer razão, insuficientes para a realização integral dos pagamentos devidos à Concessionária, o Agente de Pagamento deverá comunicar a situação por escrito ao Poder Concedente,

com cópia para a Concessionária, a fim de que possam ser adotadas as providências necessárias, visando a assegurar o pagamento integral pelo Agente de Pagamento, podendo os recursos complementares indicados transitar pela Conta Garantia de que trata este Instrumento e sem prejuízo da transferência imediata à Concessionária de todos os recursos que estiverem disponíveis na Conta Garantia, ainda que correspondam a apenas uma parcela do total devido à Concessionária;

7.4. O Poder Concedente permanecerá responsável pelo adimplemento das obrigações pecuniárias caso os recursos da Conta Garantia não sejam suficientes ao total adimplemento das obrigações pecuniárias.

7.5. O Agente de Pagamento poderá, de maneira fundamentada, solicitar a confirmação das instruções ou orientações recebidas no âmbito do presente Instrumento, caso visualize imprecisões, ambiguidades ou inconsistências que possam ser razoavelmente apontadas, podendo se valer, para tanto, da assessoria de qualquer profissional especializado.

7.6. Nenhuma responsabilidade será atribuída ao Agente de Pagamento por quaisquer atos que venham a ser praticados de acordo com a disciplina do presente Instrumento, salvo na hipótese em que se comprovar que os prejuízos sofridos pelas demais Partes tenham decorrido de sua culpa ou dolo.

7.7. O Agente de Pagamento poderá, a qualquer momento, denunciar o presente Instrumento, devendo apresentar, para esse propósito, comunicação por escrito ao Poder Concedente e à Concessionária, informando a denúncia do presente Instrumento e a data a partir da qual ela será efetivada, nunca inferior a 120 (cento e vinte) dias da data da notificação.

7.8. Da mesma forma, poderá o Poder Concedente e a ADEPE destituir o Agente de Pagamento de suas funções, a qualquer tempo, mediante notificação prévia com antecedência mínima de 30 (trinta) dias úteis, de modo fundamentado, no caso de inadimplemento das obrigações aqui estabelecidas.

7.9. Caberá ao Poder Concedente e à ADEPE, dentro do prazo indicado neste Instrumento ou seguinte, conforme o caso, promover a contratação de novo Agente de Pagamento, observadas as disposições deste Instrumento.

7.10. O Agente de Pagamento não está autorizado a realizar pagamentos adicionais por motivo de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão quando tais pagamentos adicionais tornem os Recursos Apartados do FPE insuficientes para adimplir o Contrato de Concessão ou outros instrumentos concessórios similares firmados pelo Estado de Pernambuco que precedam o Contrato de Concessão, observada a prioridade decorrente da ordem cronológica de assinatura desses instrumentos, conforme prevista no artigo 6º, § 2º, do Decreto Estadual nº 51.029, de 22 de julho de 2021.

7.11. O presente Instrumento não confere qualquer espécie de garantia real ou pessoal do Agente de Pagamento às demais Partes.

## CLÁUSULA 08 - DA VIGÊNCIA

8.1. Este Instrumento vigorará por todo o prazo de duração do Contrato de Concessão, até a liquidação de todas as obrigações pecuniárias assumidas pelo Poder Concedente no âmbito do Contrato de Concessão.

## CLÁUSULA 09 - DA REMUNERAÇÃO DO AGENTE DE PAGAMENTO E DA ADEPE

9.1. A remuneração devida ao Agente de Pagamento será composta:

- i. Pelo valor de R\$ [•] ([•] reais), a ser pego pelo Poder Concedente uma única vez, na data de assinatura deste Instrumento; e
- ii. Pelo valor mensal de R\$ [•] ([•] reais), a ser pago pelo Poder Concedente até o dia 30 (trinta) de cada mês e após o recebimento da fatura do Agente de Pagamento, durante toda a vigência deste Instrumento, nos meses em que realizar pagamentos de obrigações previstas no Contrato de Concessão, nos termos da Subcláusula **Erro! Fonte de referência não encontrada.**;

9.2. A título de remuneração pelos serviços prestados na gestão dos mecanismos de pagamento, a ADEPE fará jus, nos meses em que realizar pagamentos de obrigações previstas no Contrato de Concessão, ao valor mensal de R\$ [•] ([•] reais), a ser pago pelo Poder Concedente até o dia 30 (trinta) de cada mês e após o recebimento da fatura da Administradora, durante toda a vigência deste Instrumento.

## CLÁUSULA 010 - REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

10.1. Os reajustes de preços poderão ser requeridos pelo Agente de Pagamento e pela ADEPE a cada período de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura deste Instrumento, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo — IPCA, fornecido pelo IBGE, ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo, acumulado pelo respectivo período.

## CLÁUSULA 011 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. Declaramos para os devidos fins, e em conformidade com a [Lei Orçamentária Anual 2026], que há previsão orçamentária neste exercício de [•] para atender às despesas contidas no objeto abaixo:

**Motivação:** [•]

**Valor:** R\$ [•]

**Processo SEI:** [•]

**Unidades Orçamentárias:** [•]

**UGs:** [•]

**Programas de Trabalho: [•]**

**Natureza da despesa: [•]**

**Fonte de recurso: [•]**

11.2 Nos exercícios seguintes, as despesas correrão à conta dos recursos próprios para atender as despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita mediante apostilamento no início de cada exercício financeiro.

## **CLÁUSULA 012 - DAS COMUNICAÇÕES ENTRE AS PARTES**

12.1. As comunicações entre as Partes serão efetuadas por escrito e remetidas em mãos, desde que comprovadas por protocolo; por correio registrado, com aviso de recebimento; ou por correio eletrônico, desde que comprovada a recepção.

12.2. Consideram-se, para os efeitos de remessa das comunicações, os seguintes endereços postais e endereço eletrônico, respectivamente:

i. Se para o Poder Concedente:

[Endereço]

[Cidade/Estado]

CEP [•]

E-mail: [•]

At.: [•] *[Nota: favor confirmar]*

ii. Se para a ADEPE:

[Endereço]

[Cidade/Estado]

CEP [•]

E-mail: [•]

At.: [•] *[Nota: favor confirmar]*

iii. Se para o Agente de Pagamento:

[Endereço]

[Cidade/Estado]

CEP [•]

E-mail: [•]

At.: [•] *[Nota: favor confirmar]*

iv. Se para a Concessionária:

[Endereço]

[Cidade/Estado]

CEP [•]

E-mail: [•]

At.: [•] [Nota: favor confirmar]

12.3. Qualquer das Partes poderá modificar o seu endereço postal e endereço eletrônico, mediante comunicação às outras Partes, conforme acima.

### **CLÁUSULA 013 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

13.1. Toda e qualquer modificação, alteração ou aditamento ao presente Instrumento somente será válido e eficaz se feito por meio de instrumento escrito e assinado por todas as Partes.

13.2. As Partes celebram o presente Instrumento obrigando-se ao seu fiel, pontual e integral cumprimento, por si e por seus sucessores e cessionários a qualquer título.

13.3. Salvo disposição expressa em sentido contrário neste Instrumento ou no Contrato de Concessão, é expressamente vedada a cessão a terceiros, por quaisquer das Partes, dos direitos e obrigações aqui estabelecidos.

13.4. A tolerância e as concessões recíprocas terão caráter eventual e transitório e não configurarão, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remição, perda, modificação, redução ou ampliação de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poder conferido a quaisquer das Partes nos termos deste Instrumento.

13.5. A manifestação de vontade do Estado de Pernambuco, expressa no presente Instrumento, é extensível, na qualidade de controlador, a todas as suas entidades da administração indireta que eventualmente exerçam a função de poder concedente em contratos similares ao Contrato de Concessão.

13.6. Nos termos da legislação vigente, as Partes expressamente reconhecem como válida e suficiente a comprovação de anuência e vinculação das Partes aos termos deste Instrumento por formato eletrônico, incluindo a adoção de assinaturas eletrônicas.

13.7. O Poder Concedente providenciará a publicação deste Instrumento ou de seu extrato no Diário Oficial do Estado.

### **CLÁUSULA 014 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Recife para discussões de litígios decorrentes deste Instrumento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de pleno acordo com as disposições e condições do presente Instrumento, as Partes o assinam em 04 (quatro) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas, que também o assinam, para que se produzam seus efeitos legais e jurídicos.

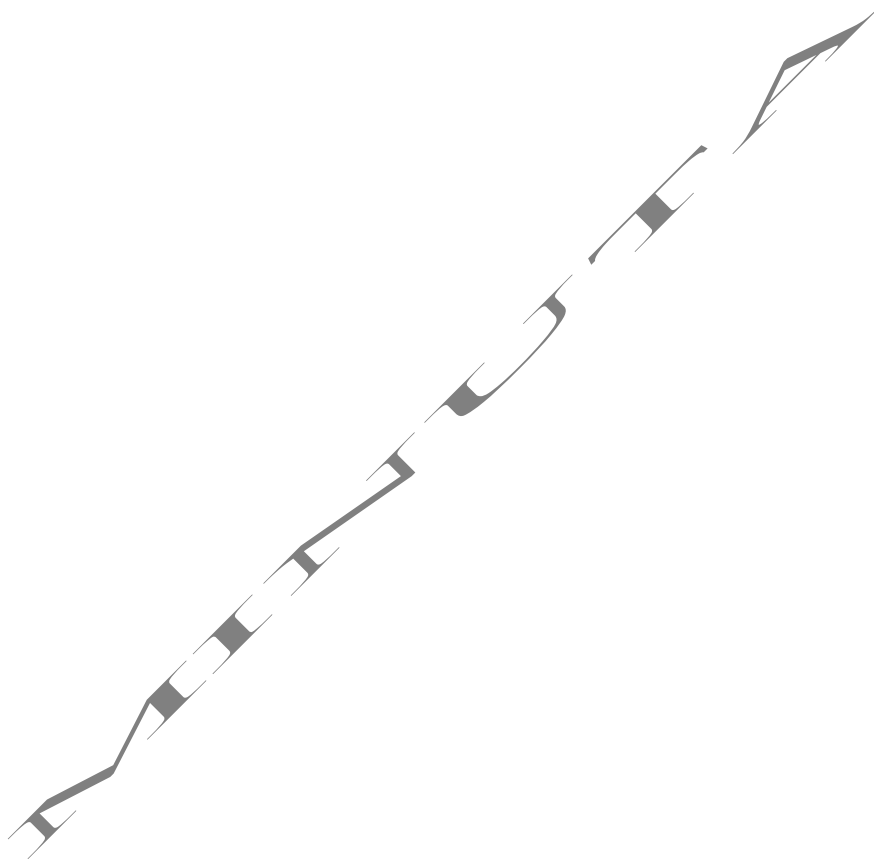
As Partes consideram, para todos os efeitos, a data mencionada abaixo, como a da formalização jurídica deste Instrumento.

*Minuta de Contrato de Nomeação de Agente de Pagamento e Garantia e Administração de Contas*



Recife/PE, [•] de [•] de 202[•]

*(Página de assinaturas a seguir.)*



**ESTADO DE PERNAMBUCO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

**ADEPE**

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

**AGENTE DE PAGAMENTO:**

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

**CONCESSIONÁRIA**

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

TESTEMUNHAS

1. \_\_\_\_\_

Nome:

RG:

2. \_\_\_\_\_

Nome:

RG:

